



LEI ORDINÁRIA Nº 112

de 29 de outubro de 1992

INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDWINO RAIMUNDO SCHULTZ, Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, no uso de suas atribuições Legais, Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Capítulo I.

Seção Única. Dos objetivos e dos princípios básicos

Art. 1º..

Fica instituído o Fundo Municipal de Previdência Social que tem por objetivo criar condições financeiras com a finalidade de assegurar aos seus benefícios meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte de quem dependiam economicamente.

1º.

Os planos de previdência social, mediante contribuição, nos termos da Lei, atenderão a:

I.

Cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os resultados de acidentes de trabalho, velhice e reclusão;

II.

Ajuda à Manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda;

III.

Proteção à maternidade, especialmente à gestante;

IV.

Proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

V.

Penção por norte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, obedecido o disposto no parágrafo 5º do Artigo 201 e no Artigo 202 da Constituição Federal.

2º.

A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios:

I.

Universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição;

II.

Uniformidade e equivalência dos benefícios, e serviços prestados às populações urbanas e rurais;

III.

Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios;

IV.

Cálculo dos benefícios considerando-se os salários de contribuição corrigidos monetariamente;

V.

Irredutibilidade do valor dos benefícios da forma a preserva-lhes o poder aquisitivo;

VI.

Valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao salário mínimo;

VII.

Previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional;

VIII.

Caráter democrático e descentralização da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados;

Capítulo II. DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL

Seção I. Da Subordinação do Fundo

Art. 2º..

O Fundo Municipal de Previdência Social ficará subordinado diretamente a Divisão de Saúde e Bem Estar Social.

Seção II.

Das Atribuições do Diretor da Divisão de Saúde e Bem Estar Social;

Art. 3º..

São Atribuições do Diretor de Divisão de Saúde e Bem Estar Social:

I.

Gerir o Fundo Municipal de Previdência Social e estabelecer política de aplicação dos seus recursos;

II.

Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Previdência Social;

III.

Elaborar o plano de aplicação do Fundo, em consonância com o Plano Municipal de Previdência e com Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV.

Encaminhar à contabilidade Geral do Município as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo.

V.

Subdelegar o competências aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviços previdenciários que integram a rede Municipal;

VI.

Assinar cheques com o responsável pela Tesouraria, quando for o caso;

VII.

Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do fundo;

VIII.

Firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo.

Seção III. Da Coordenação do Fundo

Art. 4º..

São Atribuições do Coordenador do Fundo:

I.

Preparar as demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhados ao Diretor da Divisão de Saúde e Bem Estar Social;

II.

Manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo, referente a empenhos liquidação e pagamentos das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

III.

Manter em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga do Fundo;

IV.

Encaminhar à contabilidade geral do Município:

a).

Mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;

b).

Trimestralmente, os inventários do estoque de materiais;

c).

Anualmente, o inventário de bens móveis e o balanço geral do Fundo.

V.

Firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentária de demonstrações sancionadas anteriormente;

VI.

Preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações previdenciárias para serem submetidas ao Diretor da Divisão de Saúde e Bem Estar Social;

VII.

Providenciar, junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem situação econômico-financeira geral do Fundo Municipal de Previdência Social;

VIII.

Apresentar ao Diretor da Divisão de Saúde e Bem Estar Social, a análise e a avaliação da situação econômica-financeira do Fundo Municipal de Previdência Social detectadas nas demonstrações mencionadas;

IX.

Manter os controles necessárias sobre convênios ou contratos de prestação de serviços, pelo setor privado e dos empréstimos feitos para previdência;

X.

Encaminhar, mensalmente, ao Diretor da Divisão de Saúde e Bem Estar Social relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior;

XI.

Manter o controle e a avaliação da produção das unidades integrantes de rede municipal de previdência;

XII.

Encaminhar, mensalmente, no Diretor da Divisão de Saúde e Bem Estar Social, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela rede municipal de previdência.

Seção IV. Dos Recursos do Fundo

Subseção I. Dos Recursos Financeiros

Art. 5º..

São receitas do Fundo:

I.

A contribuição mensal, obrigatória, no valor de 4% (quatro por cento), calculados sobre os vencimentos do servidor em atividade e sobre proventos da aposentadoria dos servidores inativos;

II.

A contribuição mensal do Município no valor de 8% (oito por cento);

III.

Os rendimentos e os juros provenientes de empréstimos e aplicações financeiras;

IV.

Os resultantes da assinatura do convênios;

V.

Doações, legados e outras.

1°.

As receitas do Fundo serão depositadas em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

2°.

As contribuições previstas nos incisos I e II serão creditadas na conta do Fundo até o quinto dia útil do mês subsequente.

3°.

A medida em que a situação econômica do fundo permitir, poderão ser concedidas empréstimos simples e imobiliárias aos servidores ativos;

4°.

O Prefeito Municipal, regulamentará o disposto no parágrafo anterior.

5°.

Os empréstimos simples não poderão ser superiores a 2 (duas) vezes o vencimento do servidor e terão juros previstos no regulamento.

6°.

A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I.

Da existência de disponibilidade em função do cumprimento das obrigações do Fundo.

Subseção II. Dos Ativos do Fundo

Art. 6°..

Constituam ativos do Fundo Municipal de Previdência Social:

I.

Disponibilidade monetárias em banco ou caixa especial das receitas especificadas nesta Lei;

II.

Direitos que porventura vier a constituir;

III.

Bens móveis e imóveis que vier a adquirir.

Subseção III. Dos passivos do Fundo

Art. 7º..

Constituem passivos do Fundo, de acordo com cálculo atual, os valores destinados à cobertura dos benefícios concedidos e a conceder, dos riscos expirados ou não expirados, bem como das obrigações de qualquer natureza que, porventura, o Município venha a assumir do sistema municipal de previdência.

Seção V. Do Orçamento e da Contabilidade

Subseção I. Do Orçamento

Art. 8º..

O orçamento do Fundo Municipal de previdência Social evidência Social evidenciará as políticas e programa de trabalho governamentais, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

1º.

O orçamento do Fundo Municipal de Previdência Social integrará o orçamento do Município, em obediência, ao princípio da unidade.

2º.

O orçamento do Fundo Municipal de Previdência Social observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Subseção II. Da Contabilidade

Art. 9º..

A contabilidade do Fundo Municipal de Previdência Social tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do sistema municipal de previdência, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinentes.

Art. 10.

A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio concomitantemente e subsequente e de informar, inclusive de apropriar e apurar custos dos serviços, e, consequentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 11.

A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

1°.

A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão inclusive dos custos dos serviços.

2°.

Entende-se por relatórios de gestão ou balancetes mensais de receita e de despesa do Fundo Municipal de Previdência Social e demais demonstrações exigidas pela Administração e pela legislação pertinente.

3°.

As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

Seção VI. Da Execução Orçamentária do Município**Subseção I. Da Despesa**

Art. 12.

Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento o Diretor da Divisão de Saúde e Bem Estar Social aprovará o quadro de cotas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executoras do sistema municipal de previdência.

Parágrafo único. .

As cotas trimestrais poderão ser divididas durante o exercício, observados o limite fixado no orçamento e o comportamento das suas execuções.

Art. 13.

Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo único. .

Para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias poderão ser utilizadas os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei abertos por Decreto do Executivo.

Art. 14.

A despesa do Fundo Municipal de Previdência Social se constituirá de:

I.

Financiamento total ou parcial de programas integrados de previdência desenvolvidos pela Divisão ou com ela conveniados;

II.

Pagamento de vencimentos, salários, gratificações ao pessoal dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta que participem da execução das ações previstas no Artigo 1º e parágrafo da presente Lei;

III.

Pagamento pela prestação de serviços e entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos do setor previdenciário, observado a Constituição Federal;

IV.

Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

V.

Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviços previdenciários;

VI.

Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações previdenciárias;

VII.

Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em previdência;

VIII.

Atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações e serviços previdenciários, mencionados no Artigo 1º e parágrafos desta Lei.

Art. 15.

A execução orçamentária das receitas, processará através da obtenção de seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

Capítulo III. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**Art. 16.**

O Fundo Municipal de Previdência terá vigência ilimitada.

Art. 17.

Os benefícios oferecidos pelo fundo Municipal de Previdência Social serão regulamentados poe Decreto do Executivo Municipal.

Art. 18.

Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito adicional Especial no valor de Cr\$ 15.000.000,00 (Quinze Milhões de Cruzeiros), para cobrir as despesas de implantação do fundo de que trata a presente Lei.

Parágrafo único. .

As despesas a serem atendidas pelo presente crédito correrão à conta do código de despesa 4130 - Investimentos em Regime de Execução Especial, as quais serão compensadas com recursos oriundos do Art. 43, parágrafos e incisos da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 19.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

*Gabinete do Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso
do Sul, aos 29 de Outubro de 1992.*

EDWINO RAIMUNDO SCHULTZPREFEITO MUNICIPAL

Lei Ordinária Nº 112/1992 - 29 de outubro de 1992

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em